



Câmara Municipal
Jundiaí
SÃO PAULO

00000-1060842/2019-72
02.01.02.10
(21501E)

Of. PR/DL 112/2019

Jundiaí, em 16 de abril de 2019

Exmo. Sr.
Presidente do Senado Federal
Davi Alcolumbre
Brasília - DF

Senado Federal
À Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa.

Em 14/5/19

Junte-se ao processado do
PLS
nº 490, de 2017.

Em 14/5/19

Plínio Valério
Sen. Plínio Valério

Encaminho, por cópia anexa, a MOÇÃO N.º 202, de autoria do
Vereador Douglas Medeiros, aprovada na 99.ª Sessão Ordinária, nesta data.

Grato pela gentil atenção, apresento respeitosas saudações.

Fauaz Taça

FAOUAZ TAHA
Presidente

cris

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PLS nº 490/17

Fls. 11 *[assinatura]*



MOÇÃO Nº 202

APOIO à proposta de criação, na Câmara dos Deputados, de frente parlamentar em defesa do ensino domiciliar.

APRESENTADA

Levy Loh
Presidente
16-04-2019

APROVADO

Levy Loh
Presidente
16/04/2019

A Constituição Federal estabelece a educação como um dever do Estado e da família (art. 205). Determina também a obrigatoriedade da educação básica, dos 4 aos 17 anos de idade (art. 208,I).

É fato que, na realidade brasileira, a oferta desse nível de ensino se faz tradicionalmente pela via da educação escolar. Não há, porém, impedimento para que, se assegurada a sua qualidade e o devido acompanhamento pelo Poder Público certificador, a mesma formação seja oferecida no ambiente domiciliar, caso esta seja a opção da família do estudante.

Garantir na legislação ordinária essa alternativa é reconhecer o direito de opção das famílias com relação ao exercício da responsabilidade educacional para com seus filhos, razão por que

APRESENTO à Mesa, na forma regimental, para apreciação do Plenário, esta Moção de APOIO à proposta de criação, na Câmara dos Deputados, de frente parlamentar em defesa do ensino domiciliar. Dê-se ciência a: 1. Presidente da República; 2. Ministro da Educação; 3. Presidente do Senado Federal; 4. Presidente da Câmara dos Deputados; 5. autor da proposta Deputado JAZIEL PEREIRA DE SOUSA; 6. Deputado ENRICO VAN BLARCUM DE GRAAFF MISASI; 7. Presidente da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) RICK DIAS.

Sala das Sessões, 16-04-2019.

Douglas Medeiros
DOUGLAS MEDEIROS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

P.L.S nº 490 / 2017
Fls. 12

Brasília, 13 de maio de 2019.

Senhor Faouaz Taha, Presidente da Câmara Municipal de
Jundiaí – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Of. PR/DL 112/2019, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** do Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2017, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica”.

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E
LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

P.L.S. nº 490/2017

Fls. 13